

A GESTÃO DE PEDRO CRESCENTI NA ESCOLA PROFISSIONAL SECUNDÁRIA MIXTA D. ESCOLÁSTICA ROSA

Wilson Dias da Silva¹

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar uma parte da história do Instituto D. Escolástica Rosa na gestão de Pedro Crescenti, levando em consideração sua característica de administrar a escola à luz da legislação do período getulista. Essa instituição de ensino profissionalizante pertence à Irmandade da S. Casa de Misericórdia de Santos, SP, fundada em 1908 para atender crianças pobres. Em 1933, com o nome de Escola Profissional Secundaria Mista, inicia a gestão compartilhada com o governo do Estado. O balizamento histórico é o de 1934 (período em que o professor Pedro Crescenti começa a dirigir o estabelecimento). Embora seja diretor até 1954, o balizamento final é quando termina o 1º governo de Getúlio Vargas. A pesquisa tem dados sobre o início do Instituto, a origem social dos alunos, principais cursos desenvolvidos, entre eles, o de Corte e Costura e a atuação do diretor. Neste estudo, emergiu as características de ação de Pedro Crescenti na direção da escola.

Palavras-chave: Ensino Profissional; Instituto D. Escolástica Rosa; História das Instituições

Abstract

This article aims at presenting part of the history of the Institute D. Escolástica Rosa during the management of Pedro Crescenti, taking into consideration his administrative characteristic following legislation typical of the “getulista” period. This institution belongs to the “Irmandade da S. Casa de Misericórdia” of Santos, funded in 1908 to attend children in need. In 1933, with the name of “Escola Profissional Secundaria Mista”, starts a shared management with the State government. The chosen period of study is 1934 (period in which the teacher Pedro Crescenti begins to administrate the institution). Although he continues as the director until 1954, the chosen period of study is the first government of Getúlio Vargas. The research has data from the beginning of the Institute, the social origins of the students, courses developed, among them, sewing. In this study emerged the management actions of Pedro Crescenti as the director of the school.

Keywords: *Professional education; D. Escolástica Rosa Institute; History of Institutions.*

¹ Wilson Dias da Silva é licenciado e bacharel em História, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos. Leciona História na rede pública do Estado de São Paulo e no Município de Itanhaém.

Trajatória profissional

Pedro Crescenti nasceu em Descalvado, SP (1898) e faleceu em Santos, SP (1969), filho de imigrantes italianos, Ferrúcio Crescenti e Virginia Squassori Crescenti. O pai administrava fazendas no interior.

Iniciou seus estudos no Grupo Escolar “Coronel Tobias” em sua cidade natal, onde ainda menino aprendeu a música. Tocava vários instrumentos, destacando-se no piston” (DADOS, década de 1970, p. 1).

Uma das paixões do professor Crescenti certamente era a música, sempre foi um apaixonado pela música. Isso é notado em uma entrevista concedida ao jornal *Weril*² (1959, p.3):

Quando em 1909 instalou-se a fábrica Weingrill, eu, com doze anos de idade, já tocava saxs na banda musical de minha terra – Descalvado – e já, em 1914 era o 1º piston da referida banda. [...] Fiz minha carreira no magistério paulista, passando por todos os degraus do ensino e sempre os meus conhecimentos de música me auxiliaram [...].

A viagem de trem da sua cidade natal até Pirassununga, município onde estava localizada a tradicional Escola Normal, não diminuíra a certeza em se formar professor normalista, fato que ocorreu em 1917.

Quando cheguei a Descalvado, a 23 de novembro de 1917, com o diploma de professor normalista, por fazer parte da Corporação Musical “Santa Cecília”, lá estava a banda me esperando na estação e executando um dobrado especial intitulado “Allori e Gloria” especialmente composto pelo grande Maestro José Tescari, de Araraquara, e ligado à família de Descalvado, tendo eu sido saudado pelo prefeito Dr. Carlos Alves de Oliveira Guimarães, notável orador e que fora meu professor. (WERIL, 1959, p. 3).

Com 21 anos de idade, casou-se com a também professora, Helena Caiuby, filha do Juiz de Direito de Descalvado. A partir daí iniciaram uma nova fase em sua vida. Continuaram no mesmo município, porém, morando na Fazenda São Rafael, onde os dois lecionaram na escola isolada³ da referida fazenda. Dessa união nasceram 11 filhos, no entanto, 3 faleceram ainda bem novinhos. Uma de suas filhas, Bernardes (2008) relembra o que os pais diziam sobre como se conheceram:

Eles se conheceram no trem. Naquela época iam de trem para estudar. Ele estudava em Pirassununga. Ele perguntou para a irmã dele – Quem é aquela moça de cabelos pretos e olhos azuis? A irmã dele falou. - A Helena, a filha do juiz de direito. Aí ele se apresentou lá em casa (casa dos avós paternos). Começaram a namorar.

Passado aproximadamente quatro anos, surgiu uma oportunidade na cidade de Rio Claro. Lá, Crescenti foi dirigir “as escolas reunidas⁴ do bairro da Assistência”. (DADOS, década de 1970, p. 1). A experiência adquirida condicionou a Crescenti uma nomeação em 1926, como professor adjunto⁵ do Grupo Escolar “Coronel Joaquim de Sales” na mesma cidade. Uma de suas características era a orientação de trabalhos manuais. Esses trabalhos eram apresentados por seus alunos no final do ano letivo.

² Jornal de divulgação da centenária Empresa especializada em instrumentos de sopro. Fundada pelo italiano de origem austríaca Pedro Weingrill.

³ Escolas preliminares não agrupadas, reunidas numa só classe, crianças de idades e níveis de escolaridades diferentes.

⁴ Organizada nos moldes dos grupos escolares: diretor, alunos em classes por adiantamento etc. A única diferença sensível está nos vencimentos dos diretores e professores, que são iguais aos da escola isolada.

⁵ Professor que auxilia o titular nas classes em que havia mais de 30 alunos.

Seus dotes musicais eram introduzidos na sua prática docente. Nesse período, organiza um “Coral Infantil” com os alunos. Paralelamente, lecionava Português e Matemática no Colégio Santa Cruz e na Escola Profissional, também em Rio Claro.

É aqui que Pedro Crescenti passa a ter seu primeiro contato com uma escola profissional. Nessa instituição, Pedro Crescenti foi contemporâneo ao diretor Armando Bayuex da Silva. Para melhor entendimento desse educador e sua influência ao que era ministrado por Crescenti, há informações no estudo feito por Gonçalves (2001, p. 109):

Foi diretor do Grupo Escolar Joaquim Salles, em Rio Claro, entre 1913 e 1918. Por um curto período foi diretor da Escola Normal Primária Botucatu e do Grupo Escolar de Salto, para em seguida, voltar para Rio Claro para assumir o cargo de diretor da Escola Profissional. Neste cargo permaneceu até junho de 1925. Desde essa data, até 1930 ocupou o cargo de Inspetor de Trabalhos Manuais Masculinos.

Crescenti estava em consonância com o que era exigido naquele momento pelo Estado. Como descreve Fonseca (1961, p. 333), “[...] houve uma tentativa de coordenar as escolas profissionais, em 1925, através da Inspetoria Geral de Trabalhos Manuais”.

Em 1929, é nomeado professor de Pedagogia e Didática da Escola Normal⁶ anexa ao Colégio São José, em Limeira. Lá permanece por dois anos.

Como dito anteriormente, Crescenti tinha facilidade em orientar os alunos nas montagens de trabalhos manuais para serem expostos. Em uma dessas exposições, organizou, juntamente com seus alunos, um museu pedagógico, composto de 25 quadros. Foi exposto em São Paulo, na Diretoria Geral da Instrução Pública, a pedido do Dr. Amadeu Mendes, então Diretor Geral. (DADOS, p. 1).

O êxito obtido na exposição que havia sido enviada para a capital paulista, lhe rendeu, aos 33 anos de idade, uma nomeação para o cargo de diretor da Escola Profissional em Ribeirão Preto. Bernardes (2008) relembra os relatos de sua irmã mais velha:

Eu passei minha infância em Rio Claro, mas fomos para Ribeirão Preto. Meu pai era professor de Grupo Escolar em Rio Claro. Minha irmã mais velha (Irma Cayubi Crescenti), quem contou... Ele fez uma exposição, muito bem feita. Exposição com os alunos dele de curso primário.

Crescenti chegou à antiga capital do café em 1931. Um ano depois eclodiu a Revolução Constitucionalista de 32. O Estado Paulista, a princípio, contava com a ajuda de outros Estados, mas na prática acabou tendo que lutar sozinho. Fausto (1994, p. 346) com muita propriedade lembra, ao comentar esta situação:

A verdade é que, apesar das divergências com o poder central, as elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais não se dispunham a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder a menos de dois anos. São Paulo ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com a Força Pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais.

⁶ O Colégio São José, dirigido pelas Irmãs Dominicanas, é uma instituição confessional, com fins filantrópicos, integrada à sociedade de Educação Santa Catarina de Sena, fundado em 1921 sob a direção da Irmã Maria de Santo Inocência Lima. Inicialmente, as classes funcionaram em um prédio situado na Rua do Comércio (atual Rua Barão de Cascalho). Em 27 de maio de 1928, houve a equiparação da escola. Disponível em: <http://www.saojoselimeira.com.br/historia.htm>. Acesso em: 06 abr. 2008.

Nesse período conturbado da história do Brasil, o recém chegado diretor não hesitou em dar apoio logístico às tropas paulistas que seguiam viagem para o combate nas Minas Gerais. “A escola cooperou com a fabricação de artigos como: quês-pis, blusas, calças, ataduras, alimentação para voluntários”. (ESCOLA PROFISSIONAL DE RIBEIRÃO PRETO, 2008).

Sobre esse episódio seu filho, Monsenhor Crescenti (2008), traz-nos à tona lembranças desses acontecimentos:

Em 32, tenho até uma fotografia com meu pai. Nessa fotografia eu fardado como soldadinho e meu pai como capitão. A Escola Profissional de Ribeirão Preto para dar rancho para as tropas que iam pra Minas... Então ficava um posto de abastecimento, pra dar força junto às tropas, o meu pai foi nomeado capitão. E todos os funcionários e professores receberam graduação.

Quando a vida voltou ao normal, o diretor passou a deixar sua marca na administração da escola. A documentação encontrada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto indica uma de suas características. Uma delas era o contato constante com a Administração Pública. Na intenção de mitigar a falta de segurança no trajeto de ida e retorno das alunas que estudavam à noite, Crescenti demonstra sua preocupação na ausência de iluminação pública e solicita providências:

Esta Escola Profissional, além dos cursos diurnos, mantém uma Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento para moças e na qual se acham matriculadas 150 alunas. O referido curso funciona das 19 às 21 horas, beneficiando inúmeras jovens do bairro onde se acha localizado este estabelecimento. Grande número de alunas residentes pelos lados do “Barradão” são obrigadas a passar pela rua Capitão Salomão que não possui luz elétrica, não havendo outro trajeto fácil a não ser por essa rua. Ao esclarecido espírito de V. Exa. não é preciso aduzir quaisquer considerações sobre os inconvenientes que a falta de iluminação da referida rua traz às alunas deste estabelecimento e o desassocego para suas famílias. Nestas condições, esta diretoria, confiada no elevado critério com que V. Ex^a. vem dirigindo os destinos deste município, vem solicitar dessa D.D. Prefeitura, providências no sentido de serem colocadas lâmpadas na Rua Capitão Salomão, no trecho compreendido entre as ruas Tamandaré e Saldanha Marinho, início da Avenida Saudade. (SOLICITAÇÃO, 1933, setembro, 30, Ribeirão Preto).

Outra característica que Crescenti desenvolveu, ainda quando somente lecionava, foi das apresentações de trabalhos manuais pelos alunos em exposições, seja na própria escola ou em outras cidades. Na visão de Crescenti, (1931) era uma maneira de divulgar tanto a escola como a cidade que ela representava, nesse caso, Ribeirão Preto:

Senhor Prefeito Municipal, tenho a honra de comunicar a V. Exa. que esta Escola, devidamente autorizada pela Diretoria Geral do Ensino, concorrerá à “Exposição-Feira Agropecuária e Industrial do Triângulo Mineiro” que terá lugar de 20 de maio a 20 de junho em Uberaba, Est. de Minas. Nestas condições, no desejo de

fazer uma propaganda deste município, venho por à disposição de V. Exa. o recinto que este estabelecimento mandou reservar, para, em suas paredes, serem fixados quadros estatísticos, fotografias da cidade e do município, de propriedades agrícolas, etc., afim de que Ribeirão Preto se torne mais conhecido ainda do Triangulo Mineiro. (COMUNICADO, 1934, março, 24, Ribeirão Preto).

Aspectos gerais da sua administração

Em agosto de 1934, transfere-se para Santos, para atuar na direção do Instituto “Dona Escolástica Rosa”. Em ofício expedido ao Prefeito da cidade de Ribeirão Preto, Crescenti relata sua despedida:

Com profundo pesar, dados os numerosos laços de amizade que me prendem à culta sociedade riberopretana, devo seguir para Santos onde me caberá a direção do Instituto Profissional Escolástica Rosa. Ao dar-lhe esta comunicação, aproveito o ensejo para lhe hipotecar a melhor expressão do meu reconhecimento pela valiosa cooperação recebida de V. Excia. em quem sempre encontrei todo o apoio para melhor desempenho de minha missão. Outrossim, participo ficar a direção desta Escola a cargo do meu distinto colega, prof. Sebastião Fernandes Palma, até a posse do diretor efetivo. Queira V. Excia. aceitar os meus protestos de elevado apreço e consideração. (DESPEDIDA, 1934, agosto, 07, Ribeirão Preto).

Pequenas lembranças sobre sua chegada a Santos foram relatadas pelo seu filho, Monsenhor Crescenti (2008): “[...] chegamos na Estação, um carro veio nos buscar. O prédio era muito diferente, tinha umas grades altas. A segurança era tanta que meu pai mandou cortar pela metade. Aquilo dava um ar de prisão. Chegamos em agosto de 34”.

Quando chegou à cidade já haviam se passado quatro meses que a Escola estava sob a administração compartilhada com o Estado. Por ocasião da inauguração do Instituto D. Escolástica Rosa, que foi feita pelo interventor Federal paulista, Dr. Armando de Salles Oliveira, para demonstrar a primeira obra de vulto na área da educação na região da Baixada Santista, houve ampla divulgação sobre o acontecimento na imprensa local.

A reformulação nessa administração compartilhada não extinguiu o internato, que era uma das cláusulas do testamento de João Octávio dos Santos. Para não deixar dúvida quanto ao destino dos internos, o interventor esclarece: “O internato foi convertido em escola profissional primária, em articulação com a escola profissional secundária, onde os alunos internos, terminado o estágio de aprendizagem, poderiam aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos e culturais” (A Tribuna, p.1, 12/04/1934).

Uma das inovações introduzidas no Instituto era o curso de Carpintaria e Mecânica Naval. A princípio, aventava-se a possibilidade de ser desenvolvido em cooperação com a Escola de Pesca. A idéia era qualificar a mão de obra para depois ser absorvida pela Companhia Docas de Santos. Para a execução desse plano, estava sendo elaborado um convênio entre as Secretarias da Educação e da Agricultura, a

fim de que houvesse um acordo de cooperação entre as duas escolas técnicas, que estavam localizadas na Ponta da Praia, vizinha uma da outra, para a formação de mecânicos navais. Para isso, o treinamento seria feito nessas oficinas e na direção dos barcos, por ocasião das viagens para pescaria. (Ibid, p.1, 12/04/1934).

O Decreto 7.317 só foi assinado em 5 julho de 1935, e nele ficou estabelecido um Convênio entre a Companhia Docas de Santos e o Governo de São Paulo para a implantação, no Instituto D. Escolástica Rosa, do curso de Carpintaria e Mecânica Naval.

De acordo com o Relatório do diretor Pedro Crescenti ao Superintendente Horácio Augusto da Silveira, as aulas tiveram início em setembro de 1937:

[...] foi assignado, entre o Governo do Estado e a Companhia Docas de Santos, um acordo para o desenvolvimento do ensino technico-profissional visando actividades marítimas e portuárias, tendo as aulas já se iniciado. Os cursos teóricos e o gabinete de psychotechnica funcionam no Instituto e as aulas officiaes na própria Cia. Docas em local reservado e apropriado para esse fim. (RELATÓRIO, 1937, fevereiro, 03, Santos)

O Prof. Crescenti não teve vida fácil em seu novo desafio. Os primeiros meses foram de observação tanto sobre a dinâmica do trabalho desenvolvido pelos funcionários, como também pelo comprometimento dos alunos do internato ao que estava sendo oferecido a eles.

Segundo Belloto (1985 apud MORAES, 2001, p. 24):

[...] o documento é um discurso sobre a realidade, trabalhado pela leitura do historiador que lhe acrescenta os envolvidos e inquietações do presente. Problematizar o documento como objeto de construção histórica significa, em primeiro lugar, apreender sua historicidade, o que conduz a uma concepção alargada do 'documento educacional'.

É a partir dessas considerações que analisamos alguns dos ofícios expedidos pelo diretor Pedro Crescenti ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos e também à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. A explicação para a divisão que o diretor adotava para reportar determinado assunto é justificada pelo o que ficou estabelecido na ocasião da assinatura do convênio com o Governo do Estado de São Paulo. Assim, toda temática relacionada à direção técnica e administrativa era encaminhada ao Superintendente. Já os assuntos relacionados aos alunos internos eram reportados ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Tendo isso como orientação na análise documental, elencam-se vários problemas enfrentados por ele.

O primeiro estava relacionado aos funcionários, que pareciam não assimilar o que realmente era a gestão compartilhada com o Estado.

Os funcionários estavam acostumados a não seguirem as regras do estabelecimento. Em um comunicado, o diretor faz questão de alertá-los:

Chamo a atenção dos Srs. diaristas que o tempo de trabalho effectivo é de 8 horas. Assim, deverão iniciar o serviço às 7 ¹/₂ e deixar às 10 ¹/₂ hs. Reiniciando-o às 12 para deixar às 17 hs. O tempo empregado para o café será unicamente o indispensável para isso. Entende-se trabalho effectivo o tempo de producção,

não estando compreendido o período de mudança de roupa e preparativo para sahida o que tudo deverá ser feito após o trabalho. Este aviso abrange: Artes graphicas, Marcenaria, Lustração e Reparações. (COMUNICADO, 1935, janeiro, 31, Santos)

Em represália, dois funcionários que moravam no Instituto abandonaram o emprego para se juntar ao antigo diretor que havia se transferido para a Escola Profissional de São Carlos. Crescenti leva o fato ao conhecimento do Superintendente Horácio Augusto da Silveira:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V.S. para os devidos fins, que o vigilante do internato e pertencente ao quadro suplementar deste Instituto, Scherlok Holmes Bezerra, vem faltando sem motivo justificado desde 1º do corrente. O referido vigilante, sem mesmo despedir-se do pessoal da casa, inclusive desta Directoria, indo em sua companhia o diarista pautador Benedicto Martinho que aqui também residia. Afirmo também que os Srs. Alludido acham-se em São Carlos sob a proteção do ex-diretor deste Instituto e actualmante diretor da Escola Profissional daquela cidade. (COMUNICADO, 1935, janeiro, 25, Santos)

A falta de professoras do curso de Economia Doméstica e Química Alimentar apresentou-se como outra grande dificuldade enfrentada pela direção do Instituto. A prática adotada pelas docentes, que residiam na capital paulista, era solicitar afastamentos por problemas de saúde e quando findava esse período, normalmente emendavam com as férias. Muitas das vezes em quase a totalidade do ano letivo as aulas eram ministradas por professoras substitutas. Crescenti, mais uma vez, é firme ao relatar o ocorrido ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo:

Na defesa dos interesses do ensino e deste Instituto, esta directoria vem á presença de V. S. expor o seguinte: [...] a) que o Instituto D. Escolástica Rosa, um dos mais promissores estabelecimentos de ensino profissional do Estado acha-se ainda numa phase de preparação que exige a constante permanencia de todos os seus funcionarios em seus postos, com dedicação e entusiasmo; b) que as contractadas, não estando em exercício, prejudicam de maneira sensível aquella preparação e esta directoria não pode concordar com isso, seja qual for o motivo do afastamento; c) que a secção feminina deste estabelecimento é freqüentada por jovens, filhas das famílias mais distinctas desta cidade, todas desejam com empenho os ensinamentos do curso de economia doméstica e a ausência costumeira da mestra e ajudante, além de prejudicar as alumnas, tem dado margem a comentarios desfavoráveis á organização do Instituto, visto que o curso esteve com seu funcionamento suspenso por falta de substitutas. (OFÍCIO, 1935, julho, 24, Santos)

Realmente, havia jovens pertencentes à elite da cidade. Na relação de matrícula do Curso de Corte e Costura do “Escolástica Rosa” consta o nome de Maria Ismênia, filha de Ricardo Pinto de Oliveira, membro da elite santista da época. Mais

tarde, casou-se com o argentino Juan Manuel Serrano, mas não exerceu essa profissão, uma vez que foi oficial do Cartório de Registro Civil de sua família.

Em entrevista telefônica, sua irmã Maria Helena, com 86 anos, prestou algumas informações pontuais.

Ismênia Silveira Pinto de Oliveira, sua mãe, era excelente bordadeira, e aprendeu (em aulas domiciliares), com a professora Amélia Gasparini. Ela aplicava essa sua habilidade, nos bordados artísticos dos paramentos ou alfaias que oferecia à Igreja da Paróquia Santo Antônio do Embaré. D. Ismênia (a mãe) tinha uma costureira portuguesa, nascida em Meda, em 1930, que ia em casa para fazer as costuras e os consertos das roupas. Ela, Maria Helena freqüentou o curso de desenho arquitetônico no Escolástica Rosa, sendo sempre a “1ª da classe”. Ao concluí-lo, a Repartição de Saneamento de Santos, ofereceu-lhe (por causa da sua aplicação) uma colocação e ela não aceitou, após consultar o pai, membro da elite que era o provedor da família.

Outro problema estava relacionado ao comportamento de alguns alunos internos, que a princípio nos dão a impressão de ser uma forma de intimidar a nova administração do Instituto. Passados três meses, Crescenti elaborou um relatório que, dessa vez, tinha como destinatário o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos.

Nesse momento, se faz necessário um breve esclarecimento. Conforme o acordo celebrado entre a Santa Casa e o Estado, ficou ressaltado ao Provedor o direito de selecionar a admissão ou desligamento de candidatos ao internato.

Dentre a relação de 70 alunos que ali estavam, 6 deveriam ser desligados do Escolástica Rosa, por péssimo comportamento⁷:

Relação dos alumnos interno deste Instituto que foram dispensados por esta directoria [...] 1º Paulo: entregue a sua mãe no Instituto em 29/11 por ser indisciplinado e um dos cabeças das depredações verificadas num dos dormitórios. Informações Comendador Prates nº248. 2º Vitor: entregue a sua mãe com conhecimento do responsável tutor Sr. João Glycerio de Araujo funcionário da guarda-moria que esteve no Instituto concordando com a medida tomada tendo até passado recibo da certidão de idade do referido menor, que é um péssimo elemento e um dos cabeças das depredações já referidas acima. 3º Pedro: foi conduzido para o Guarujá, por um funcionário do Instituto que o entregou a sua progenitora com uma carta desta directoria. A mãe de Pedro passou recibo do mesmo que já é moço de quase 19 anos, moço mal encarado e que espancava os pequenos. Compareceu nesta data a presença desta directoria afim de pedir um atestado que foi fornecido por espírito de caridade e no intuito de que o rapaz consiga emprego como ajudante serralheiro.

Roberto: entregue á sua mãe que trabalha à Rua 7 de Setembro 113. É um dos peores elementos que havia no Instituto; vadio, fujão pederasta, com aparência de um tarado. 5º João: Por ser um mau elemento, foi aconselhado por esta directoria a procurar

⁷ Para preservar a identidades dos menores, foram utilizados

colocação, tendo conseguido emprego como ajudante de fundidor na “Constructora”, Rua Mons. Paula Rodrigues, 158. (RELATÓRIO, 1934, dezembro, 13, Santos)

Através dos relatórios examinados, o que se percebe nos primeiros meses após a chegada de Crescenti, é um processo de adequação à nova maneira administrativa que o Instituto estava sendo submetido. Foram feitos ajustes necessários para que a partir do ano seguinte os frutos começassem a aparecer.

Em 1935, o Instituto passava a oferecer cursos noturnos e o diretor solicitava junto à Cia. City, empresa responsável pelos serviços de bondes, luz e água, passagens tanto para os professores como para os alunos:

Devendo abrir-se amanhã a Escola Nocturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento deste Instituto e que funcionará das 19 às 21 horas, venho solicitar de V.S. providencias no sentido de ser autorizado o fornecimento de passes noturnos aos respectivos alumnos e professores. (OFÍCIO, 1935, fevereiro, 05, Santos)

O Decreto 6.222 de 18 de dezembro de 1934⁸, também previa a criação de uma Colônia de Férias para os alunos das escolas profissionais do Estado. Conforme noticiado no periódico local, a expectativa era que: “Centenas e centenas de alunmos e alunmas, operários de vários pontos do Estado, virão, todos os annos, descansar na escola Profissional D. Escolastica Rosa, e tonificar a sua saúde com o clima marítimo”. (A Tribuna, p.1, 12/04/1934).

A Colônia de Férias, que estava em funcionamento desde 1934, exigia uma série de contatos com os responsáveis do poder público e privado, de modo a proporcionar aos alunos uma boa estada. Um exemplo disso eram os ofícios enviados para a autoridade policial recomendando providências na permanência de rapazes a frente do Instituto, nos horários de entrada e saída dos alunos. Para a prefeitura, cobrava a pavimentação entre os trilhos da City, pois com as chuvas se tornava perigosa a subida e descida dos bondes e para a empresa que administrava os bondes, recomendou ao gerente que sinalizasse às proximidades do Instituto, no sentido de reduzir a velocidade que geralmente os condutores trafegavam, a fim de evitar acidentes.

Novamente Bernardes (2008), uma de suas filhas, corrobora o que já havia sido encontrado nos arquivos do Instituto D. Escolástica Rosa:

Todo ano papai tinha trabalho nas férias também. Todos se hospedavam no Escolástica. Se pesava na chegada e na saída. Os alunos internos fizeram também Colônia de Férias em Poços de Caldas.

A Colônia de Férias não se restringia apenas em receber os alunos das escolas técnicas do interior; os alunos internos do Escolástica Rosa participavam dessa troca de experiências:

Senhor Superintendente: Devidamente autorizado por V. S. esta directoria organizou uma colônia de férias para alumnas, deste estabelecimento, que se realizará naquella cidade mineira de 9 a 23 do corrente. Tendo estado em Caldas, o Sr. Prefeito Municipal de boa vontade facilitou o alojamento da colonia no Grupo Es-

⁸ Que institui uma nova escola para ser administrada compartilhadamente entre iniciativa privada (Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Santos) e o Governo do Estado de São Paulo.

colar Dr. David Campista”. O dia do nosso embarque está marcado para o proximo sabbado dia 08 e o regresso a 24. Nestas condições tenho a honra de solicitar de V. S. uma requisição de passagens de ida e volta, na forma costumeira, bem como outra para 3 funcionarios desta escola que irão antes para os trabalhos de installação [...] (OFÍCIO, 1938, janeiro, 03, Santos).

Monsenhor Crescenti (2008) ajuda-nos a entender melhor o funcionamento da Colônia de Férias:

Papai era sempre nomeado Diretor de Colônia de Férias. O Estado nomeava o Diretor de Colônia de Férias. A não ser numa última, que ele pediu para um vice-diretor em 1946, porque minha vó estava doente. Recebeu até um ofício muito delicado (*faço votos que sua mãe se restabeleça logo*). Nomearam o vice-diretor do colégio para Diretor de Colônia de Férias, mas depois minha vó morreu aí ele reassumiu. [...] Outra vez fomos para Poços de Caldas foi no começo de 1938. Duas vezes por sinal. Fomos com as famílias... Papai dividia: primeiro os rapazes, depois as meninas.

Passados os intempéries dos primeiros meses ocasionados pela resistência que professores, funcionários e alunos impuseram ao diretor Pedro Crescenti, agora cabia afinar ainda mais os objetivos e metas a serem alcançadas. Colocar a escola em evidência era um deles à luz do Código de Educação⁹ implantado por Fernando de Azevedo em 1933.

Segundo Moraes (2001, p. 427), o Código de Educação introduziu uma série de mudanças no ensino profissional:

[...] as escolas profissionais são equiparadas 'as acadêmicas, recebendo denominação de Escolas Profissionais Secundárias; são instalados os cursos vocacionais, uma espécie de estágio preliminar de um ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias. O Serviço de Psicotécnica, previsto pelo Código de Educação, criou – sob a coordenação de Roberto Mange, coadjuvado por Horácio da Silveira – os Gabinetes de Psicotécnico, nas escolas profissionais masculina e feminina da capital, e na de Santos.

Uma das responsáveis do Gabinete de Psicotécnico no Instituto Escolástica Rosa, era a filha mais velha de Pedro Crescenti, Irma Caiuby Crescenti¹⁰. Por ocasião dos estudos, quando a família veio para Santos, foi a única a permanecer em Ribeirão Preto; estudava no tradicional Colégio Santa Úrsula. Embora também tenha o curso de corte e costura, vai desempenhar atividade importante no momento da educação profissional.

O serviço de Psicotécnica estava no âmbito do espírito da racionalização pelo empresariado paulista. E Mange foi um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento dessas experiências sobre o ensino profissional em São Paulo.

Como bem explica Weinstein (2000, p. 46):

⁹ Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933.

¹⁰ Tentamos por diversas vezes manter contato para que pudesse dirimir dúvidas sobre aplicação dos exames

Nascido na Suíça em 1886, Mange completou sua educação primária em Portugal, onde seu pai, que era diplomata, serviu durante algum tempo. Estudou engenharia na Escola Politécnica em Zurique; concluído o curso em 1910, iniciou um estágio no sistema ferroviário da Alemanha. Foi na Alemanha que ele entrou em contato com novas formas de organização e principalmente, com novos métodos de treinamento profissional. [...] Dez anos depois de sua chegada a São Paulo, Mange iniciou sua vigorosa campanha para mudar a natureza do treinamento e aprendizagem profissional no Brasil.

A criação de novos cursos e a construção da primeira quadra de bola ao cesto na região também serão uma das várias realizações na gestão de Pedro Crescenti. Tudo de acordo com a habilidade diplomática que o diretor desenvolveu, aliando o poder público e a iniciativa privada em benefício do Instituto.

Os cursos

Os inúmeros cursos criados a partir de 1934 vão ser distribuídos entre geral, obrigatório e técnico. Devido à escassez de documentação, será objeto de análise apenas o de Corte e Costura. No entanto, segue em Anexos, a relação dos cursos ministrados até o ano de 1945.

TABELA 1 - CURSO GERAL E OBRIGATÓRIO – 1934	
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA
Português	Português,
Geografia e História do Brasil	Geografia e História do Brasil
Matemática, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria	Matemática, Aritmética, Álgebra e Geometria
Tecnologia Profissional	Economia Doméstica*
Desenho profissional	Puericultura e Química Alimentar
Plástica	Desenho profissional.

Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: (A Tribuna, p.1, 12/04/1934).

TABELA 2 - CURSO TÉCNICO – 1934		
SEÇÃO MASCULINA	SEÇÃO FEMININA	MISTA
Mecânica geral e naval: fundição, serralheria e calderaria, Ajustagem, Tornearia e Frisagem Marcenaria: tornearia, Entalhação e Ebanisteria artística; Carpintaria naval: construção e reparos de barcos Artes gráficas Pintura	Confecções e Corte (rendas e bordados) Flores, chapéus e artes aplicadas.	Datilografia Estenografia e Correspondência comercial

Autor: Wilson Dias da Silva - Fonte: (A Tribuna, p.1, 12/04/1934).

Na seção feminina era obrigatório o curso de educação doméstica, cujas disciplinas teórica e prática são distribuídas assim: a) Higiene Alimentar; b) Química alimentar; c) Puericultura; d) Economia Doméstica (arte culinária e prendas doméstica); e) Noções de avicultura, horticultura e jardinagem. Está afeta à secção de Economia Doméstica a orientação do serviço de alimentação e vestuário dos alunos internos.

Para Moraes (2001, p. 422), “inicialmente, não existem diferenças substantivas entre as experiências de socialização do trabalhador desenvolvidas no Liceu de Artes e Ofícios e nas Escolas Profissionais do Estado”. A idéia era formar os “operários e os filhos de operários”, esses, por sua vez, deveriam trabalhar em diferentes ramos da indústria.

Como a própria autora aponta, no Liceu os setores mais atendidos eram os da construção civil e o mobiliário. Já nas escolas oficiais, por ter uma variedade de cursos, essa aplicabilidade era mais diversificada. Para corroborar as considerações feitas anteriormente por Moraes, buscou-se investigar a origem da nova clientela (alunos externos/masculino) atendida na então denominada Escola Profissional Secundária Mixta D. Escolástica Rosa, a partir da gestão compartilhada com o Governo do Estado de São Paulo. Infelizmente a documentação encontrada, no Centro de Memória da escola, é incompleta¹¹.

Aberto ao ingresso de alunos externos, o Instituto passou a receber alunos de outras cidades da região e do Estado de São Paulo, da região nordeste do país e imigrantes. Contudo, a grande maioria de postulantes a aprender um ofício era da cidade de Santos.

A educação feminina: o curso de corte e costura

A introdução do curso de corte e costura leva-nos inicialmente a algumas considerações sobre o trabalho feminino, dentro do conceito de gênero. Os estudos aí analisados entendem a questão de gênero como construção social, cultural e histórica das categorias masculino e feminino.

Gênero é uma categoria relacional. É o estudo das relações sociais entre homens e mulheres, não só no aspecto de sexo, mas também de classe, de etnia.

¹¹ O tratamento da documentação existente na E.T.E.C Dona Escolástica Rosa, apesar do trabalho incansável de seus responsáveis, ainda esbarra na burocracia ou falta de verba para contratação de mão de obra para a continuidade do trabalho. Essa pode ser uma das explicações para a ausência dos documentos, com informações mais detalhadas dos discentes, referentes aos anos de 1934 a 1940 que remetem ao início do balizamento histórico utilizado nessa pesquisa.

Além das suas diferenças biológicas, o que caracteriza o *gênero* e o identifica são as construções sociais e históricas e que organizam as relações de poder entre homens e mulheres; as distinções que a sociedade constrói para o feminino e masculino. Assim, a categoria de *gênero* auxilia na compreensão da diversidade da condição feminina ao longo da história, quando relacionadas aos homens. (SILVA e SILVA, 2002, p.166-167).

O trabalho fora do lar das mulheres do estrato mais pobre da sociedade era comum no Brasil, nas últimas décadas do século XIX, constituindo 78,3% da mão de obra fabril.

Já a entrada das mulheres das camadas médias e altas no mercado de trabalho é uma conquista paulatina da primeira metade do século XX.

Clodoveu Doliveira, funcionário do Departamento Nacional do Trabalho, em 16 setembro de 1931, no “Jornal do Comercio” do Rio, num comentário ao inquérito sobre o trabalho feminino das “classes subalternas” defende a tese de que este era preferido e mais conveniente no desempenho das tarefas simples e repetitivas, embora as moças brasileiras não sejam especialmente educadas nem cuidadosamente instruídas: “No alto comércio, isto é, nos escritórios de fábricas, de casas comerciais, de companhias de seguro e banco, as moças triunfam e sua eficiência é francamente elogiada pelos chefes de serviço (...)” (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 139).

Muitas mulheres da classe média ajudavam seus familiares na complementação salarial.

As filhas mais velhas de Antonio Franco Guijarro, imigrante espanhol (Araceli, nascida em 1898; Maria Amélia, em 1902) ajudavam no orçamento familiar, principalmente na educação dos irmãos mais jovens. Tinham um *atelier* de costura “Ultimo Figurino”, na Rua General Câmara, em frente à sede do jornal “A Tribuna” na década de 1930. Araceli fazia o corte e as costuras das roupas e Maria Amélia, os chapéus, ainda em voga nessa época. Helena (nascida em 1904) já trabalhava no escritório de uma companhia de navegação americana¹².

A profissão de costureira era perfeitamente aceita para as mulheres de menos posses. “A costura em particular encontrava na mulher – através de uma educação que lhe era dada tradicionalmente – uma mão de obra qualificada, cuja rapidez, destreza e precisão eram elementos importantes para sua execução (MATOS, 1996, p 95).

Michelle Perrot dedica algumas páginas (2008, p.119-123) a considerações sobre as operárias da costura na Europa.

A função de costura trouxe possibilidades de emprego e de qualificação para as mulheres durante séculos, pois o vestuário e a roupa íntima são setores importantes para a vida. Assim, desenvolvem-se todos os tipos de ofícios: costureiras especializadas em roupa branca, em lingerie, em espartilhos, em culotes; camiseiras, debruadeiras, plumistas, modistas, bordadeiras, com dezenas de especialidades diferentes. Sem contar todo o setor de consertos da roupa branca, no qual atuam lavadeiras e passadeiras, num trabalho que se faz em quantidade e em qualidade. Talvez abranja três quartos dos empregos femininos em Paris. Cada cidade tem seu ateliê de costura, cada povoado sua costureira: pessoa importante, confidente das mulheres, mediadora entre a capital e a província, na qual as ‘modas de Paris’ são lei.

¹² Informações colhidas de Hilda Franco Brandão, filha mais nova, atualmente com 92 anos (transmitidas a Maria Aparecida Franco Pereira, membro da Família Gimenez Franco, neta de Antônio e Antônia) em 1º de maio de 2010).

Sarti (1997, p. 153-158) diz que as mulheres pobres sempre trabalharam. O trabalho feminino era parte das obrigações familiares e era o instrumento que viabilizava de acordo com a manutenção da casa e com as necessidades das famílias.

“O trabalho, no mundo dos pobres, é visto positivamente tanto pelos homens como também pelas mulheres, sendo o eixo da identidade social de ambos”. (Ibid. p. 159). E para a mulher acrescenta-se a maternidade, o trabalho doméstico (lavar, passar, cozinhar, limpar e arrumar), papel de mãe, esposa, dona de casa.

Os trabalhos de agulha aparecem nos cursos femininos, desde o século XIX. Eles possibilitam às mulheres fazer economias, preencher “os tempos livres femininos e simbolizam a feminilidade ideal” (SOHN, 1995, p. 127).

O século passado foi para a mulher em geral, a abertura para a instrução e para o trabalho remunerado, embora seja uma história de desigualdades: mulher só e sem recursos, operária que aumenta os rendimentos familiares, viúva, solteira que deseja ter rendimentos próprios.

“O século XX escreveu, portanto, a história da entrada maciça das mulheres na educação e no salariedade, mas eivada de uma desigualdade das possibilidades escolares e da não miscibilidade das profissões” (LAGRAVE, 1995, p. 507).

No Brasil, a partir dos meados do século XIX, quando as primeiras fábricas têxteis foram surgindo as mulheres mais pobres, numa escassez de mão de obra, foram se introduzindo no sistema fabril; porém, com o desenvolvimento da imigração, sua participação diminuiu. Saindo paulatinamente das fábricas, as mulheres continuam a trabalhar nos *ateliês* domésticos. As mulheres mais pobres são aproveitadas nas ocupações ligadas as atividades do lar: empregadas domésticas, lavadeiras, passadeiras, doceiras e costureiras, tarefas que geralmente aprendiam na própria vida familiar.

Muitas das vezes as atividades de costura eram feitas na própria residência, pois era uma maneira encontrada para conciliar a atividade remunerada com os serviços domésticos.

A costura, em contraposição a outras atividades, permitia uma certa flexibilidade de horário, liberdade de ir e vir. Criava também o prazer do convívio em grupo, pois freqüentemente, nos pátios dos cortiços, nos morros, mulheres costuravam, bordavam e conversavam nas chamadas “trepas”. Eram momentos de encontro, de troca de informações, receitas e remédios. Longe do apito da fábrica, a idéia de autonomia, a fuga às estruturas hierárquicas, aos condicionamentos de tempo e ao ritmo de trabalho concorriam para aumentar a disponibilidade e oferta dessa mão de obra. Isso não significa, no entanto, que inexistissem formas de controle, já que um certo número de peças deveria ser entregue num prazo determinado e mantendo um perfil de qualidade. (MATOS, 1995, p. 82).

O censo de 1920 mostra que as mulheres operárias eram em maior número no setor têxtil e de confecção, correspondendo a 1/3 do proletariado. O mesmo recenseamento indica, nos ramos de vestuário e tocador a presença de 11.412 operárias, 40% do total masculino (PENA, 1981, p. 92-93).

Na análise desenvolvida por Raquel Discini de Campos (2009, p. 86) sobre mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-

1940), pode-se observar mudanças à nova exigência para a sua inserção tardia no mercado de trabalho.

As escolas técnicas regionais, por sua vez, anunciavam naquele período uma novidade extremamente original: a possibilidade de emprego aberta para jovens de ambos os sexos de conseguirem estabilidade de emprego e salários atraentes mediante a admissão nos concursos públicos, onde homens e mulheres poderiam concorrer igualmente.

Ainda segundo Campos (2009, p. 86):

O grande apelo às jovens interessadas em ingressar no mercado de trabalho que se expandia de maneira jamais vista nas terras da Araraquarense era, porém inegavelmente o da costura, um negócio essencialmente feminino e em franca expansão capitalista naqueles tempos. O trabalho como costureira requeria paciência, bom gosto, graciosidade e tantos outros atributos tidos como feminismo.

É claro que a experiência de análise apontada anteriormente deu-se na região de Araraquara, porém, a cidade de Santos também não se furtou a esse fenômeno.

“A cultura urbana santista contou com o marcante papel da mulher local: negra, índia ou imigrante, ela foi elemento de suma importância no espaço da cidade, do porto e dos domicílios, trabalhando e resistindo”. (MATOS, 1995, p. 75)

O trabalho de costura das sacas para o café em Santos, no início do século XX, era feito a mão e em geral na moradia das costureiras, por encomendas, em horários convenientes pelas mulheres que tinham que cuidar da casa, “possibilitando-lhe concatenar o ritmo, o espaço e o tempo de trabalho doméstico com uma atividade remunerada e sem horário fixo”, geralmente tinham que cuidar da casa. (Id., 1996, p. 96).

Na mesma época, havia o trabalho das catadeiras do café. As solteiras iam desde cedo para os armazéns. As casadas, depois do almoço, quando haviam terminado as tarefas básicas, principalmente de alimentação no cuidado com os filhos e marido.

A sacaria costurada a mão em Santos persistiu até 1924, quando foi sendo substituída pela costura à máquina (Ibid, 1996, p. 90).

Em Santos, havia a Cia. Santista de Tecelagem, com oficina que confeccionava sacos para o café. Mais tarde, construiu-se um grande prédio na Vila Macuco, no fim de 1904. O trabalho na fábrica era reservado em geral para as solteiras, meninas e jovens dos 12 ou 13 anos que não ultrapassavam os 18 anos. Após o casamento ou nascimento do primeiro filho o trabalho era interrompido até que o cuidado do lar ou das crianças o permitissem (Ibid., p.94).

A feminização de ofícios como o corte e costura e de modelagem no Brasil, se dá junto a uma formação fora da empresa, em escolas de ensino técnico, formação destinada a um público essencialmente feminino, o que contrasta com a formação tradicionalmente, dispensada aos homens na empresa, quando o ramo era masculino (HIRATA, 2002, p.211). Hirata aborda com grandes estudos realizados na Europa, a gestão da divisão sexual do trabalho na indústria.

Carmen Sylvania Vidigal Moraes (2000, p. 90.) informa que:

Em 1897, as meninas recebidas no orfanato [Seminário da Glória] a partir dos 7 anos recebiam ‘alguma instrução preliminar’ e de ‘prendas doméstica’ – costuras, bordados, trabalhos de lã etc. – que, segundo a Secretaria do Interior, embora fossem de utilidade como prendas, tinham ‘pouco valor como meio de prover a sua subsistência’. Propunha, então, ao lado de um ‘programa de ensino bem delineado’ a criação ‘de aulas especiais de música e canto; de oficinas de costura, modas, levantamento de moldes, cortes, ensino de datilografia, tipografia, fotografia; aulas de escrituração mercantil e de economia doméstica; oficinas de chapéus para senhoras, de luvas, trabalhos de floristas.

Ela observa, entretanto, que até 1906 nenhuma das sugestões havia sido realizada. O Seminário, em 1920, preparava as órfãs para as atividades de costura, bordado, flores etc. e para serem donas de casa. “Desde a sua inauguração até os anos 30, foi possível localizar apenas um caso de egresso do educandário empregado como ‘contra mestre’ em casa de modas” (2000, p. 91-92). Ainda não se tinha nessa instituição uma escola profissional

O governo em 1911, cria na capital paulista a Escola Profissional Feminina para as famílias operárias, com a preocupação de qualificar a mão de obra, com cursos de corte e costura e confecção de roupas brancas etc., considerados apropriados para as mulheres.

Com a implantação da racionalização do trabalho, essas escolas profissionais buscaram formação mais eficiente oferecida para o lar.

Em 16 de janeiro de 1920, em assembléia a Associação Instrutiva José Bonifácio, resolveu a criação de “três seções profissões do feminino: corte e costura; bordados à máquina e confecção de chapéus para senhora, realizando, assim “uma das grandes necessidades desta cidade” (A Tribuna, p.3, 19/01/1920).

Segundo Lourenço Filho (1931), no início da década de 30, a concepção de educação profissional feminina, na política de instrução pública escolanovista, buscava preparar mulheres para o trabalho remunerado e para o lar, observando-se já a concepção de educação profissional feminina. Assim há a introdução de curso Vocacional (1 ano) de aprimoramento, dentro do princípio da racionalização, e Curso de Mestria (2 anos) para a formação de professores.

Essa lógica do mercado de trabalho originou o desenvolvimento de novos cursos, a partir 1934, motivando uma série de mudanças tanto nas instalações da escola, como também na visibilidade deles. O de Corte e Costura gerou um tipo de profissionalização feminina na Baixada Santista.

Até onde Gomes (2001, p. 108) pode verificar, os cursos de Corte e Costura “(...) se foram criados para qualificar as mulheres para dedicarem-se ao lar e educarem brasileiros fortes, também foram utilizados para o mercado de trabalho. Foram grandes as conquistas femininas na escola, particularmente na formação de costureiras (...)”¹³.

O curso de corte e costura do Escolástica Rosa foi inaugurado em 1934 e até 1945 (ano do balizamento), num universo de 572 alunas, 40 não possuíam o certificado. Em sua grande maioria eram nascidas em Santos, mas estavam matriculadas pessoas de várias regiões do Estado de São Paulo. De 1934 a 1945, foram registra-

das 99 estrangeiras (portuguesas, japonesas, espanholas, argentinas e polonesas), refletindo a importância da imigração na cidade portuária.

O curso de Corte e Costura no início da gestão compartilhada com o Estado, só existia no período diurno, porém, com o aumento da procura, no ano seguinte foi criada outra turma para o período noturno.

Segundo Julia (2001, p. 34) é “[...] a mudança de público que impõe frequentemente a mudança dos conteúdos ensinados”. Utilizando essas orientações, primeiramente verificam-se os conteúdos ensinados e como a grade curricular estava disposta. No período diurno permaneceu o primeiro ano Vocacional (as alunas recebiam aulas de português, matemática, desenho e economia doméstica, dadas pelas mesmas professoras) e mais três anos de ensino especializado (prático).

No período noturno o primeiro ano Vocacional foi suprimido, sendo desenvolvidas aulas práticas nos anos seguintes.

O exposto neste estudo mostra a presença de um educador de grande porte, o professor Pedro Crescenti.

Referências

Arquivo pessoal Maria Tereza Cayubi Crescenti:

DADOS biográficos e palavras textuais do professor Pedro Crescenti. Santos: década de 1970, p. 5. Mimeografado.

WERIL, um jornal a serviço da música. São Paulo, p.2, jul.-ago. 1959.

Arquivo público e histórico de Ribeirão Preto:

DOSSIÊ da Escola Industrial. Fundo: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 24 de março de 1934. Pasta: 161. Documentos: Pedro Crescenti,

COMUNICADO de Pedro Crescenti ao Prefeito Dr. Ricardo Guimarães Sobrinho para a representação da escola na Exposição: Feira Agro-Pecuária e Industrial do Triângulo Mineiro. APHRP – Ribeirão Preto, Escola Industrial, 07 de agosto de 1934.

DESPEDIDA de Pedro Crescenti ao Prefeito Dr. Ricardo Guimarães Sobrinho sobre sua transferência para ao Instituto Profissional D. Escolástica Rosa em Santos. APHRP – Ribeirão Preto, Escola Industrial, 1934.

SOLICITAÇÃO do diretor Pedro Crescenti à administração pública para a colocação de lâmpadas na Rua Capitão Salomão. APHRP – Ribeirão Preto, Escola Industrial, 30 de setembro de 1933.

Arquivo da ETEC D. Escolástica Rosa:

COMUNICADO aos funcionários sobre o cumprimento dos horários estabelecidos na escola.

AFER/DA/OE/07/1483

1935, janeiro, 31, Santos

COMUNICADO ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira sobre o abandono de emprego de dois funcionários.

AFER/DA/OE/07/1483

1935, janeiro, 25, Santos

OFÍCIO do diretor ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira sobre as faltas das professoras de Economia Doméstica.

AFER/DA/OE/07/1483

1935, julho, 24, Santos

OFÍCIO do diretor ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira sobre as faltas das professoras de Economia Doméstica.

AFER/DA/OE/07/1483

1935, julho, 24, Santos

OFÍCIO do diretor ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira informando sobre questões logísticas para a organização da colônia de Férias.

AFER/DA/OE/07/1483

1938, janeiro, 03, Santos

RELATÓRIO do diretor ao Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Santos justificando as dispensas de cinco alunos internos.

AFER/DA/OE/1483

1934, dezembro, 13, Santos

RELATÓRIO do diretor ao Superintendente da Educação Profissional e Doméstica de São Paulo, Horácio Augusto da Silveira informando sobre as realizações da escola naquele ano.

AFER/DA/OE/1483

1937, fevereiro, 03, Santos

Entrevistas

BERNARDES, Maria Thereza Cayubi Crescenti. *Pedro Crescenti*: depoimento [mar. 2008]. Entrevistador: Wilson Dias da Silva. Santos: 2008. mp3. Entrevista concedida pela filha de Pedro Crescenti para elaboração da dissertação de Mestrado.

CRESCENTI, Mons. José Geraldo Cayubi. *Pedro Crescenti*: depoimento [abr. 2008]. Entrevistador: Wilson Dias da Silva. Santos: 2008. mp3. Entrevista concedida pelo filho de Pedro Crescenti para elaboração da dissertação de Mestrado.

Hemeroteca Municipal de Santos "Roldão Mendes Rosa":

DR. ARMANDO de Salles Oliveira: em caracter official, chegará hoje a Santos o interventor paulista. *A Tribuna*, 12 abr. 1934.

Bibliografia

CAMPOS, Raquel Discini de. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história*. São Paulo: Unesp, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica da Escola Técnica Nacional, 1961.

GOMES, Dulcinéia de Oliveira. *O Instituto Escolástica Rosa: formando o mundo dos trabalhadores em Santos*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. *Formação do trabalhador e ensino profissional: a escola profissional masculina de Rio Claro*. 2001. (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 1, 2001, p. 9-44.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela: educação e trabalho das mulheres no século XX. In: THÉBAUD, Françoise (dir.). *História das mulheres: século XX*. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradir, 1995. p. 504-543.
- MATOS, Maria Izilda. Trama e poder: trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- MATOS, Maria Izilda S.; SOLER Maria Angélica (orgs.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia. Faliveni. (Orgs.). *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2001.
- _____. A normatização da pobreza: abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação, ANPED*. n. 15, p. 70-96, set/dez, 2000.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil 1889-1930: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1981. v. 2.
- SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- WEINSTEIN, B. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000.

Site

ESCOLA PROFISSIONAL DE RIBEIRÃO PRETO. Disponível em: <http://www.industrialrp.com.br>. Acessado em: 25 out. 2009.